

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

HIPÓTESES PARA A DINÂMICA TERRITORIAL RECENTE – O CASO DO ESTADO DE SÃO  
PAULO

Sidney Piochi Bernardini (FAU-USP)

## **Hipóteses Para A Dinâmica Territorial Recente – O Caso do Estado de São Paulo**

Este trabalho pretende fazer uma discussão acerca das dinâmicas espaciais recentes no Estado de São Paulo a partir, principalmente, da década de 1970, apontando hipóteses para a compreensão da sua re-configuração territorial neste período. Verificando as bases metodológicas atuais, procuramos fazer uma reflexão sobre as possíveis transformações trazidas pela Constituição de 1988, que criou as definições de Região Metropolitana, Microrregiões e Aglomerados Urbanos, assim como compreender, a partir das análises recentes e de informações apresentadas pelos órgãos de pesquisa, como IBGE, PNUD, IPEA e Fundação SEADE (São Paulo), a organização regional resultante dos processos sócio-econômicos recentes. Polarizada entre o re-arranjo produtivo e crescimento econômico com o fenômeno da metropolização e o acirramento das disparidades sociais regionais, a regionalização do Estado não mais se situa na ordem institucional que vigorou durante as décadas de 1970 e 1980, com a instituição das regiões administrativas e regiões de governo. Fruto de um debate que tem se desenvolvido no campo da geografia, economia e urbanismo, o recorte territorial tem sido traçado de forma diferenciada, conforme será demonstrado a seguir.

## **A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS ÀS REGIÕES METROPOLITANAS**

O Estado de São Paulo, responsável em 2005 por 28% do PIB nacional<sup>1</sup>, o maior valor em relação aos outros estados e o dobro do valor equivalente ao segundo maior PIB do Brasil (Rio de Janeiro), possui algumas particularidades no seu mosaico regional atual, reveladas por algumas análises recentes do assunto. Esta re-configuração regional traçada por novas dinâmicas econômicas suscita questões que passam tanto por abordagens metodológicas, na construção de novas bases de compreensão e reflexão teórica, como pela explicitação de um re-arranjo institucional que comparece nos atuais mecanismos de planejamento e gestão, traduzidos por um novo modelo de espacialização regional. Estas análises buscam enfrentar perguntas do tipo: como se situa o desenvolvimento regional paulista hoje para manter esta hegemonia no ranking do maior PIB do país? Como se configura o recorte regional do ponto de vista das potencialidades econômicas? Qual a contribuição das redes de infra-estrutura para este desenvolvimento e como elas têm definido este novo recorte territorial? Qual o desenho institucional que está por trás desta nova dinâmica? Pesa sobre estas análises o fato de que o setor industrial tem aumentado sua participação no valor adicionado em todo o Estado, reafirmando as bases produtivas industriais que se intensificaram desde a década de 1970.

O fenômeno do crescimento populacional nas cidades já na segunda metade do século XIX e seu impacto na urbanização dos grandes centros informou sobre o processo de metropolização que mais tarde viria a ser conceituada, inspirando teorias como a teoria do Lugar Central ou a Teoria da Polarização, a primeira desenvolvida por Christaller e Lösch em 1966 e a segunda desenvolvida por François Perroux em 1961. Estas se disseminaram, inspirando também as explicações territoriais e a organização administrativa regional. A evolução do planejamento territorial em São Paulo baseou-se no modelo de regionalização de suas unidades em regiões administrativas, levando em conta a polarização de áreas economicamente potenciais e eminentemente integradoras. Estas unidades regionais tiveram como base a Teoria do Lugar Central (SILVA NETO, 1998: 129). Segundo tal explicação, o processo de polarização definiu uma configuração dada pelos municípios - núcleos históricos principais (sedes administrativas) que exerceriam influência sobre áreas contíguas, conurbadas ou não, a tal ponto de desenvolverem relações econômicas, políticas, sociais mais intensas. Há, nesse esquema pensado, um papel hegemônico dos locais centrais, que exerceriam a função de interligação de todo o sistema regional. A constituição de unidades

regionais deveria possibilitar, além de uma descentralização da esfera governamental e administrativa, o desenvolvimento “auto-sustentado” das regiões com o crescimento da economia regional.

No Estado de São Paulo, pelo menos do ponto de vista institucional, o sistema de planejamento implantado pretendia inicialmente promover o desenvolvimento das *territorialidades*, conforme sua lógica histórica, induzindo à formação de um sistema urbano compatível com o desenvolvimento regional estabelecido. O processo de regionalização (constituição de regiões) determinou a delimitação de territórios de base produtiva. O que se assistiu foi a fragmentação do espaço regional com a formação de uma nova dinâmica estrutural que se caracterizou por elevar as potencialidades econômicas dos lugares que tivessem condições de se integrar às novas formas de produção relacionadas ao meio tecnocientífico.<sup>ii</sup> A opção política em acentuar essa tendência econômica, vem mudando o quadro institucional relacionado ao desenvolvimento regional do Estado.

Essa evolução destaca-se pelo modo como as duas Constituições Estaduais paulistas: a de 1967/1969 e a de 1988, trataram da questão. A primeira experiência (sob vigência da primeira Constituição) foi marcada pela ausência de autonomia dos municípios, controle excessivo do Governo do Estado e a instituição dos P.D.D.I.s nos municípios como estratégia de implantação de uma política territorial intermediária entre o Estado e municípios. A estratégia planejadora contou ainda com instrumentos poderosos de gestão territorial: o BNH, o SFH, além dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (P.N.D.s), a partir da PDUR (Política de Desenvolvimento Urbano e Regional) de 1976 elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento (IPEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). A PDUR tinha como objetivo recuperar a qualidade de vida da Região Metropolitana de São Paulo e combater as diversidades regionais. Surgiram diversos programas governamentais, dentre eles o Programa de Cidades Médias, o Programa Macro-Eixo Rio -São Paulo e o Programa Macro-Metrópole. (SILVA NETO, 1998: 101).

Apesar do efeito altamente centralizador, essas estratégias procuraram institucionalizar a descentralização administrativa do Estado com a criação, primeiramente das Regiões Administrativas e posteriormente das Regiões de Governo, com a institucionalização de instâncias representativas (Conselhos). Pretendia-se, em linhas gerais, promover a desconcentração populacional na Região Metropolitana de São Paulo e induzir melhorias na qualidade de vida da população do Estado. No entanto, a Região da Grande São Paulo teve a maior taxa de crescimento populacional entre as décadas de 1970 e 1980, em

comparação às outras Regiões Administrativas, confirmando a atratividade econômica que oferecia, mesmo com a política de descentralização territorial levada a cabo pelo Governo do Estado. Percebe-se, além disso, que a instituição das Regiões de Governo, embora, compatíveis com divisão das Regiões Administrativas, transformou as unidades constituídas, modificando inclusive os instrumentos de gestão anteriormente concebidos e instituindo os colegiados para as articulações entre o Estado e os municípios<sup>iii</sup>. Por outro lado, a revisão da regionalização com a capilarização da atuação governamental não foi de fato realizada – consolidou-se um novo recorte territorial sem modificar os métodos clássicos de regionalização: as unidades territoriais polarizadas (SILVA NETO, 1998: 119).

A instituição das Regiões de Governo demonstrava uma re-articulação do espaço regional que se fragmentava. A descentralização e capilarização da estrutura administrativa com a criação dos colegiados e de Escritórios regionais de planejamento não se efetivaram de fato. Os arranjos institucionais imputavam às regiões uma nova forma de organização que, no entanto, não se verificou, ao mesmo tempo em que os arranjos produtivos começavam a ter uma nova configuração espacial. Por um lado, observou-se uma dispersão da atividade industrial pelo interior do Estado e por outro uma re-definição do papel da metrópole paulistana com o desenvolvimento das atividades terciárias e de gerenciamento das atividades produtivas. A “re-territorialização” institucionalizada estava relacionada a um re-arranjo das forças produtivas vinculadas ao capital industrial e financeiro.

A experiência durante a vigência da Constituição Estadual de 1988<sup>iv</sup> demonstrou essa perspectiva para a regionalização paulista, confirmando a atitude institucional nas mudanças da lógica da organização espacial explicitadas acima. O que se verificou, com a promulgação da Constituição de 88, é a confirmação e a consolidação de um quadro institucional adequado aos moldes da nova forma de produção do modo de produção capitalista. Ao contrário do que se pretendia com a constituição das Regiões Administrativas com a potencialização a hierarquização das redes urbanas por proximidade ou contigüidade territorial, idealizou-se uma estrutura que potencializasse regiões de maior complexidade econômica e estabelecesse a elas, conexões espaciais<sup>v</sup>. A hierarquia foi definida pelos graus de “regionalização” que cada unidade apresentaria, através de uma ordem de complexidade interurbana: as regiões metropolitanas, aglomorados urbanos e microrregiões.

As regiões metropolitanas poderiam ser interpretadas, a partir do marco legal, como as regiões ganhadoras, por sua potencialidade funcional e administrativa. Segundo SILVA NETO (1998), a regionalização em curso seria uma espécie de zoneamento regional

que tenderia a acirrar as disparidades regionais. Poderia ser explicada pela racionalização do uso do território e do abandono das políticas sociais. Neste quadro recente de novos recortes regionais, delineiam as seguintes hipóteses:

1. A formação de uma hierarquia regional e a potencialização institucional de áreas economicamente viáveis no projeto de integração mundial da economia, desvinculadas de uma rede inter-regional. Definem-se as regiões “ganhadoras” e “perdedoras” (BENKO e LIPIETZ, 1994), segundo a constituição do fenômeno da metropolização. Vencem aquelas regiões que se integrem ao processo de transnacionalização econômica e aos processos de competição do mercado mundial, a partir de uma nova regulamentação estatal e os novos moldes ditados pela mais nova divisão internacional do trabalho.

2. A desvinculação dos lugares enquanto pólos de desenvolvimento regional, para centros de produção e gerenciamento a partir da re-articulação produtiva mundial. A potencialização das regiões metropolitanas é determinada por sua função articuladora e gerenciadora dos sistemas urbanos. Ao mesmo tempo, a rede urbana constituída e o delineamento territorial está relacionado menos ao desenvolvimento de uma política que regule as desigualdades sociais e mais ao desenvolvimento das potencialidades econômicas.

3. A constituição de um novo delineamento espacial regional, cuja configuração é definida pela diferenciação existente entre áreas “viáveis” e “não viáveis” economicamente. Além disso, observa-se que a delimitação regional resultante no Estado de São Paulo é diferente daquela explicada pela polarização de centros urbanos regionais. Não há necessidade de contigüidade entre determinadas localidades com a implantação dos novos sistemas de comunicação logísticos e informacionais. Não haveria mais centros polares, mas centros conectados uns aos outros, conforme as novas funções urbanas que exercem.

## **UM NOVO DELINEAMENTO REGIONAL: DESCONCENTRAÇÃO, RECONCENTRAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO**

A compreensão dos processos de metropolização e o papel das regiões potencialmente produtivas ainda têm inspirado análises amplificadas pelas teorias da polarização e do lugar central. Trabalhos recentes como o de LEMOS, DINIZ e GUERRA (2003), têm buscado identificar uma nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. Neste caso, os autores estabeleceram três unidades espaciais básicas: as micro, meso e macropólos brasileiros, baseiando-se na idéia de polarização através da hierarquização funcional medida por um índice de terceirização, calculado através da massa de rendimentos

dos setores agropecuário, industrial e de serviços. Estes critérios baseiam-se, sobretudo, na estrutura econômico-funcional, resultando em um recorte regional que explicita centros de excelência econômica e a hierarquia funcional entre eles pela interação. Para o recorte espacial paulista, o estudo destes autores mostra uma macrorregião paulista agragando mesorregiões que extrapolam as divisas do estado, como a polarizada pela capital do Mato Grosso do Sul, Uberlândia, em Minas Gerais e Dourados, no Paraná.

A Fundação SEADE em São Paulo, ao construir o Atlas da economia paulista, redefiniu um arcabouço metodológico permitindo, através da sistematização de informações e mapeamentos, interpretações espaciais que não consideram apenas as especialidades e potencialidades econômicas de sedes polarizadas, agregando informações sobre a dinâmica populacional, ciência, tecnologia e inovação, mercado de trabalho, introduzindo “chaves” para a leitura do território paulista. Estas chaves consideram as dinâmicas, não mais vinculadas ao modelo de polarização, mas a partir de configurações traçadas pelos fenômenos sociais e econômicos que a sistematização de informações permitiu visualizar. Recortes que explicitam “regiões problemas” (com PIB per capita abaixo da média do Estado), a “dorsal paulista” (representada pela teledensidade) ou o leque das redes e o “V” central (explicitado pela infra-estrutura de transportes) são alguns exemplos fornecidos para estas chaves.

Destaca-se neste Atlas, a constatação de que estaria havendo uma especialização espacial motivada pela busca de novos dinamismos concorrenciais para permitir a sobrevivência de algumas regiões mais frágeis no complexo econômico face à crescente concentração produtiva, gerencial e financeira da macrometrópole paulista. Isto se observa em relação à localização das indústrias de bens de consumo não duráveis, tanto mais importantes quanto mais se afastam da região Metropolitana de São Paulo. Estas indústrias, representadas em grande parte pela fabricação de bebidas e alimentos, sobretudo nas usinas de álcool e açúcar, localizam-se nas áreas mais afastadas da Região Metropolitana. Diferente é o comportamento das indústrias intermediárias, estas vinculadas à fabricação da madeira e cimento, mais concentradas na região sudoeste do Estado e mais concentradas são a indústrias de bens de consumo duráveis, localizadas preferencialmente na Região Metropolitana de São Paulo e seu entorno.

No entanto, esta análise, embora recente, não considera as dinâmicas, tratadas por outros autores e que se baseiam em tendências historicamente construídas. Esta constatação, que esconde, portanto, certas tendências espaciais, está referenciada apenas na distribuição atual dos maiores PIBs municipais do Estado. A Região Metropolitana de São Paulo responde

por mais da metade do PIB total do Estado (50,3%), contendo 6 municípios dos 10 com maior PIB também responsáveis por mais da metade do PIB estadual. Há, portanto, uma vinculação direta entre a produção de bens de consumo duráveis - o que caracteriza o tipo de produção da metrópole paulistana - e o aumento do PIB em algumas localidades diretamente relacionadas à Região Metropolitana de São Paulo.

Ao indagar se as regiões metropolitanas teriam um papel preponderante a exercer nesse quadro, outra questão se agrega: a complementaridade funcional potencializada pelo reordenamento produtivo e seu resultante espacial, verificado por séries historicamente construídas. Verifica-se que a hegemonia metropolitana poderia estar orientada pela centralização gerencial, elevando a importância dos “lugares centrais” cujas condições espaciais estão historicamente constituídas, com a instalação de um setor terciário avançado. Esse setor é quem exerce o papel preponderante de controle e gerenciamento das atividades produtivas (LENCIONI,1998, SASSEN, 1998). Daí decorre o espraiamento da produção manufatureira e o crescimento de atividades industriais em outras regiões do Estado de São Paulo, uma vez que o desenvolvimento tecnológico permite esta fragmentação. Ao mesmo tempo, os setores de gerenciamento da produção representados pelas corporações e grandes escritórios especializados primam por se situar naqueles lugares que ofereçam toda a infraestrutura, rede de telecomunicações e operações financeiras que possibilitem o exercício de suas atividades. As regiões metropolitanas são também aquelas que tiveram um desenvolvimento histórico de constituição de um complexo sócio-cultural adequado à formação do setor terciário avançado, uma vez que aí se localizam, por exemplo, as grandes universidades e os centros tecnológicos que permitem a reprodução do conhecimento e a base científica para e intensificação dos processos de controle.

Há necessariamente uma concentração de atividades e suportes estruturais que possibilitam a formação dessas atividades. Em outras palavras, é o que chamaria STORPER (1997: 41) de “*interdependências não-comerciais entre atores*”, isto é, “as chaves para que as cadeias comerciais funcionem adequadamente, produzindo formas competitivas de atividade econômica e particularmente aprendizado tecnológico e organizacional.” O autor frisa os efeitos extremamente territorializáveis desse processo, quando altos níveis de substantiva complexidade na informação e na sua interpretação se fazem presentes. É o que também explica SASSEN (1998: 89) ao observar a proximidade entre os vários setores de serviços: por um lado, possibilita uma produção em conjunto de certas ofertas de serviços e por outro, permite o acesso imediato e simultâneo a atividades especializadas, aumentando a eficiência e

rapidez nos processos de gerenciamento cada vez mais competitivos. A tendência à metropolização é também explicada pelo grau de organização institucional que potencializa os meios tecnológicos e a flexibilização do trabalho.

Outro aspecto relevante é o fato dos serviços especializados localizarem-se em áreas onde haja concentração de pessoas, característica intrínseca aos sistemas metropolitanos. O setor de comércio e serviços emprega mais, além de apresentar maior crescimento, o que tem ocorrido nas áreas metropolitanas, pelo grau de especialização exigido dos profissionais empregados, com a competitividade crescente nas esferas produtivas. A metrópole paulistana é um claro exemplo de explicação deste fenômeno, conforme apresenta a Pesquisa de Emprego e Desemprego elaborada pela Fundação SEADE (2007):

**Quadro 1 - Índices do nível de ocupação por setor de atividade econômica na RMSP (1996-2006) (em mil habitantes)**

Anos	Total geral	Setor de atividade econômica				Total
		Indústria	Comércio	Serviços	Outros	
1996	128,8	86,6	156,4	154,5	124,2	114,3
1997	127,6	78,8	155,9	160,7	116,0	111,9
1998	128,4	78,1	144,2	166,2	119,8	113,3
1999	131,8	79,0	153,5	171,2	117,7	115,3
2000	138,0	86,1	153,9	178,5	124,2	122,3
2001	138,5	80,0	159,5	179,2	135,8	122,6
2002	139,7	86,7	155,8	179,3	131,3	122,2
2003	140,5	82,0	159,7	182,8	134,5	123,4
2004	147,5	85,2	163,4	194,7	138,8	131,7
2005	149,2	89,9	176,0	192,7	133,2	135,3

Fonte: SEADE: Pesquisa d Emprego e desemprego, 2007

Por outro lado, o processo de metropolização ilustrado pelo caso da Região Metropolitana de São Paulo, Santos e Campinas e o respectivo desenvolvimento industrial constituiu-se ao lado de disparidades e contrastes sociais ainda presentes. Essas disparidades não diminuíram, mas as explicações teóricas a respeito da questão, modificaram-se. Enquanto a produção teórica nas décadas de 1970 e 1980 utilizava o paradigma centro-periferia (padrão periférico) para a explicação do subdesenvolvimento, na lógica da divisão internacional do trabalho, as explicações durante a década de 1990 voltaram-se para uma análise menos dicotômica (MEDEIROS, 1997). No entanto, é recorrente, na literatura atual, a análise dos processos de globalização nos países de economia tradicionalmente dependente, repensando inclusive o caráter da dependência e o novo papel destes países no âmbito da economia mundial.

É neste contexto que autores como CAMPANÁRIO E KOWARICK (1994: 55) apresentam ainda a questão da dependência econômica a partir da transnacionalização nos processos globais. Interessante notar que estes autores, embora abordem a questão da transnacionalização e mencionem expressões como “pós-moderno”, o fazem a partir das bases teóricas ligadas àquele paradigma. Os autores afirmam que as condições sociais atuais foram herdadas de um processo historicamente excludente ligado ao dinamismo industrial iniciado na década de 1950. A partir da década de 1980, com o “processo de ajustamento estrutural da economia”, configuraram-se novos padrões de competitividade. Essas alterações econômicas têm acirrado as diferenças sociais. Mesmo com o crescimento industrial significativo ter se processado através dos setores dinâmicos transnacionalizados, acentuaram-se os processos de exploração do trabalho e contenção salarial. E essa exploração não se restringe às relações capital-trabalho, mas se reflete nos níveis de consumo da população e o acesso aos serviços básicos urbanos como habitação, transporte, lazer, etc.

A Metrópole está configurada por um novo papel, cuja definição está ainda calcada, segundo estes autores e outros<sup>vi</sup>, na queda do padrão de renda da população ainda que haja um crescimento dos postos de trabalho. Este fenômeno é explicado a partir da própria tendência da re-organização das bases produtivas, configurado pelo declínio do emprego em setores tradicionais e crescimento das novas funções terciárias pouco remuneradoras. Ao definir e caracterizar as regiões metropolitanas no Estado de São Paulo, especialmente as de São Paulo, Campinas e Santos, como “regiões ganhadoras”, arrisca-se em fazer uma interpretação errônea do processo que tem acentuado as desigualdades sociais e os problemas urbanos que elas apresentam. Esta desigualdade pode ser visualizada tanto no nível inter-regional (entre as diferentes regiões do Estado), como no nível intra-regional (entre os municípios de uma determinada região). À medida que o processo de regionalização se constitui a partir da formação de regiões metropolitanas, certamente observar-se-á uma dinâmica semelhante a da Região Metropolitana de São Paulo: acentuar-se-ão as desigualdades sociais ao mesmo tempo em que se verificará uma homogeneização do processo produtivo e uma desconcentração dos meios de produção.

Estudos para Região Metropolitana de Campinas (NEPO, NESUR e UNICAMP 2000), por exemplo, demonstram diversidades sócio-espaciais que substanciam certa dualidade traduzida, por uma lado, pelo aumento de renda per-capita na Região Metropolitana como um todo, assim como a melhoria geral da infra-estrutura habitacional, com aumento de domicílios ligados à rede geral de água e esgotos. Por outro, pelo aumento de domicílios com

renda per capita familiar entre 1 e 5 salários mínimos: de 57,46% em 1980, para 63,5% em 1990 e 64,78 em 2000, ao lado de uma maior concentração de renda (PNUD e IPEA 2000). Para a Região de Campinas, o estudo mostra que aumentou de 39,14% para 41,17% o total da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população metropolitana, ao lado de uma queda de 13,68% para 11,75% do total de renda apropriada pelos 40% mais pobres da população daquela Região. Na Grande São Paulo, por exemplo, o número de domicílios em favelas passou de 100.326 em 1980 para 233.023, em 1991.

O processo de metropolização referencia a problematização da nova dimensão regional do Estado de São Paulo em vários estudos teóricos ancorados nesta base metodológica como os de AZZONI, 1985; GONÇALVES, 1993; LENCIONI; NEGRI e PACHECO, 1994; 1994; SAMPAIO e PEREIRA, 1996; MEDEIROS, 1996; SILVA NETO, 1998; REIS FILHO, 2005, refletindo sobre uma re-configuração espacial paulista espacializada entre aceleração econômica, mudança do tecido interurbano e lentidão nas mudanças dos padrões sócio-econômicos.

Há um certo consenso quanto à nova configuração espacial regional e embora o campo de análise não apresente a questão de forma dicotômica, observa-se, independentemente da escala, certa dualidade nesta representação. Os insumos dos quais os autores se utilizam para explicar o fenômeno baseiam-se na tendência verificada de uma certa redistribuição populacional, modificando a estrutura espacial supostamente hegemônica da Região Metropolitana de São Paulo e da desconcentração industrial no Estado de São Paulo. Arriscaria dizer que as diferenças regionais têm sido explicadas pelo processo histórico destas regiões, do processo de urbanização do país e da forma como têm se interagido no processo produtivo atual, a partir da nova base informacional e tecnológica, que tem permitido o desenvolvimento de algumas regiões, considerando o potencial para tal, vinculadas às políticas de articulação internas que elas estariam adotando para ingressar neste processo produtivo. Esta idéia contribuiu para a escolha dos autores aqui tratados.

Em síntese, a rede urbana paulista, decorrente deste processo, é caracterizada pelo surgimento de cidades médias e grandes, com o desenvolvimento industrial no interior. “Interior e metrópole tendem a unificar-se como partes complementares da rede urbana paulista” (GONÇALVES, 1994: 40). Do ponto de vista da demografia, os estudos enfatizam, por um lado, o crescimento populacional de algumas Regiões Administrativas (GONÇALVES, 1994) e/ou Regiões de Governo (SILVA NETO, 1998) e por outro, apresentam o aumento de cidades médias e grandes. Já a partir dos anos 1960, houve um

aumento evidente das cidades com população acima de 50.000 habitantes, assim como daquelas com população entre 100.000 e 200.000 habitantes. Na década de 1980, esse crescimento foi significativo em quatro regiões: Campinas (2,9%), São José dos Campos (2,7%), Sorocaba (2,6%) e Ribeirão Preto (2,6%), que superou a taxa média de crescimento do interior (2,3%), porém, as taxas de crescimento anual delas têm sofrido diminuições nos últimos anos.

Quanto à questão do re-arranjo produtivo, evidencia-se o fenômeno da dispersão industrial no Estado de São Paulo. Esse cenário é explicado por indicadores como o valor da transformação industrial, da participação do valor adicionado da indústria e do número de empregos. Qualitativamente, a re-distribuição industrial pelo interior ligou-se a bens de capital e bens de consumo duráveis, tendência que se iniciou já a partir da década de 1970, quando o interior passou a contar com grande número de indústrias de porte médio e grande, pertencentes ao segmento de maior complexidade industrial – metal mecânico, petroquímico e eletrônica (LENCIONI, 1994: 55). As grandes plantas industriais instalaram-se nos vários municípios do interior que investiram em uma política de desenvolvimento econômico, com a implantação dos distritos industriais e incentivos fiscais. Essas plantas passaram a operar com um novo padrão tecnológico superior aos complexos industriais metropolitanos que foram se tornando obsoletos. A expansão industrial aconteceu basicamente nos eixos rodoviários Dutra, Anhanguera e Castelo Branco, em um raio de 150 quilômetros a partir da capital. Houve um aumento significativo tanto da participação da produção como do número de empregos entre 1980 e 1987, das Regiões Administrativas do Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru e um aumento menos significativo das Regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília. Esta tendência que a autora chama de “divisão inter-regional do trabalho dentro do Estado”, já estava traçada desde a década de 1920 (LENCIONI, 1994: 56 e 57)

O fenômeno da desconcentração do parque industrial na Região Metropolitana de São Paulo para outras regiões e até mesmo para outros Estados da Federação também tem sido objeto de análise de estudos recentes. SAMPAIO e PEREIRA (1997: 1041) enfatizam a questão da desconcentração industrial no Estado de São Paulo. Esse fenômeno se explica por um processo denominado de “*desconcentração concentrada*.” Estes autores evidenciam que a metrópole paulistana sedia 52,6% das maiores empresas nacionais, assim como 72,4% dos maiores grupos estrangeiros do país e destacam que não se trata de um processo de *desindustrialização*, como pode vir a ser interpretado, uma vez que a concentração industrial

metropolitana continua elevada. O fato de que os ramos industriais instalados na Região Metropolitana de São Paulo não sofrem concorrência direta de outras alternativas locais, acentua ainda mais a argumentação a respeito da desconcentração. O gerenciamento industrial em alta escala reafirma que os fluxos de informação tornaram-se tão importantes quanto os fluxos de mercadorias.

Outras abordagens não se limitam em explicar o processo a partir do movimento da desconcentração, mas por uma recocentração espacial da atividade econômica. É o que demonstra NEGRI e PACHECO (1994: 74) ao observarem o fenômeno em uma escala superior a do Estado de São Paulo. Estes autores reafirmam o papel hegemônico do Estado de São Paulo na organização produtiva do país por seu próprio condicionante histórico de desenvolvimento tradicionalmente centrado na indústria. A desconcentração espacial seria enfraquecida e o crescimento estaria circunscrito ao Estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele, por um lado, pela ênfase nas indústrias de alta tecnologia e por outro pelo enfraquecimento das políticas regionais. A desconcentração não se circunscreveu ao polígono mencionado, bem assim, o crescimento significativo da agroindústria na Região Centro-Oeste do país revela a extensão do fenômeno, para além do movimento centrípeto do Estado de São Paulo.

O que se destaca no posicionamento de NEGRI e PACHECO, entretanto, é a explicação para o fenômeno da desconcentração espacial. Estes autores aprofundam a questão e não localizam as razões desta desconcentração nos efeitos “flexibilizadores” das inovações tecnológicas e organizacionais da reestruturação produtiva. Curioso que aqui não se explica o fenômeno das mudanças estruturais pela tecnologia ou redes de informação e gerenciamento, nem se menciona o papel preponderante das regiões metropolitanas como centro de controle da atividade econômica, mas se assume a desconcentração produtiva simplesmente como perda da hegemonia da Região Metropolitana de São Paulo. As hipóteses apresentadas, ao invés de se enquadrarem no paradigma do desenvolvimento endógeno, revelam uma explicação a partir das especificidades da dinâmica territorial brasileira, segundo quatro determinantes:

1. As tendências em curso da urbanização e um crescimento mais rápido da periferia, induzindo um movimento de desconcentração;
2. A expansão da fronteira como um componente da descentralização;
3. Um baixo grau de abertura ao comércio exterior que condiciona o crescimento localizado da atividade industrial (segmentos de menor competitividade);

4. O enfrentamento da questão social nas diferenças regionais existentes – o investimento público em políticas sociais reforça a descentralização.

O aumento significativo do setor terciário em todas as Regiões Administrativas revela uma tendência que se expressa em uma mudança qualitativa das funções urbanas, tanto do ponto de vista das atividades que exercem no novo complexo regional, como do ponto de vista da dinâmica de fluxos financeiros, de mercadorias, de informação e conhecimentos. De qualquer forma, pode-se analisar a questão a partir de uma rede interurbana de conexões geográficas que se superpõem à configuração territorial delineada pela constituição dos lugares. GONÇALVES (1994: 52), ao destacar um aumento das taxas de crescimento dos serviços terciários nas regiões do interior do Estado, observa que isto resulta do desenvolvimento de grandes redes de distribuição e consumo dos bens industrializados: lojas de departamento, hipermercados e *shopping-centers*. Significa dizer que há uma redistribuição dos padrões de consumo pelos territórios que resulta em uma homogeneização da paisagem constituída nos lugares, além de interferir nos seus padrões culturais.

Esta questão foi tratada, ainda que sob outras bases metodológicas, pela recente pesquisa desenvolvida por REIS FILHO (2005). Ao se referir a um fenômeno que ele denominou de urbanização dispersa, REIS FILHO preocupa-se em compreender os novos padrões de ocupação resultantes da consolidação dos meios de circulação e de uma nova rede interurbana em malha promovida pelas novas conexões regionais, antes inexistentes. Este processo, em curso a partir principalmente da década de 1970, possibilita, por um lado, a formação de novos tecidos intra-urbanos “espraiados” e, de outro, a re-configuração regional, não mais polarizada pela Região Metropolitana de São Paulo.

A este processo, explicado sob várias nuances metodológicas, alguns autores atribuem a noção de “re-territorialização”. SANTOS (1998: 19), por exemplo, aplica à noção de território uma importância considerável frente aos novos processos. Enquanto até a década de 1970, o território era o fundamento do Estado-Nação, sua noção se inseria nos moldes do poder nacional sobre um território constituído politicamente, nos novos processos de globalização, o território se insere em um novo contexto, o da “transnacionalização”. E esta re-posição conceitual de território emerge através do conceito de *lugar*, sem importar sua dimensão – “é a sede dessa resistência da sociedade civil” à globalização e ao neoliberalismo. Esse reposicionamento é necessário para acentuar as “formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária.”

Uma reestruturação encabeçada pelas grandes corporações, cuja estratégia é justamente homogeneizar os padrões de consumo, evidenciaria, a princípio um impacto sobre as pequenas organizações territoriais, como por exemplo, os pequenos comércios e escritórios de prestação de serviços. Essa nova organização da vida urbana poderia ser entendida como um processo de re-territorialização, intrínseca às dinâmicas sócio-espaciais que transformam gradativamente os agrupamentos regionais. A dinâmica da formação destes agrupamentos pode ser entendida a partir do aumento significativo de municípios, o surgimento da regionalização institucional e a recente flexibilidade da organização regional.

Há, portanto, neste novo delineamento regional, territórios moldados em modelos institucionais<sup>vii</sup> e relações funcionais mais flexíveis, a partir dos novos meios técnico-científicos entre os lugares. Dessa forma, a combinação: *homogeneidade – hierarquia* é o que explicaria esta nova configuração, cuja abrangência não é mais visualizada a partir de regiões administrativas polarizadas, mas de uma área maior que se expande através dos fluxos que se constituem. As regiões metropolitanas e sua institucionalização ilustram a hierarquização funcional urbana e estão ligadas ao processo de gestão tecno-científica. A constituição das Regiões Metropolitanas de Campinas e Santos, ao se basear na formação sócio-espacial histórica, está relacionada à potencialização dos mecanismos institucionais que permitem elevar o grau de funcionalidade da rede urbana. Isso significa dizer, por exemplo, que a organização regional metropolitana e seus mecanismos institucionais possibilitam aumentar o escoamento produtivo e os fluxos de mercadorias com a construção e duplicação de rodovias e a potencialização e modernização do porto (no caso da Região da Baixada Santista). Ao mesmo tempo, a re-organização produtiva complementar em outras regiões demonstra o grau de influência das regiões metropolitanas e interfere na sua organização induzindo-as no processo de metropolização, homogeneizando as paisagens e constituindo uma complexa rede urbana, que transcende as regiões metropolitanas, não mais explicadas a partir de seus processos internos.

No âmbito deste suposto re-arranjo, recortes espaciais regionais foram ensaiados por alguns dos autores analisados, como NEGRI e PACHECO (1994), GONÇALVES (1994) e SILVA NETO (1998). Os primeiros identificam as regiões do interior do Estado segundo o tipo de produção que apresentam, redimensionando a escala de relações e partindo do princípio de que haveria especializações dos ramos produtivos em escala sub-regional. Daí decorre a explicitação do papel dos supostos “pólos tecnológicos” do interior (Campinas, São José dos Campos, etc). A nova organização espacial produtiva estaria delimitada por estes

pólos. Porém, os autores vêem essa explicação com ressalva, ao constatar o fraco poder de atração dos centros tecnológicos instalados nestes lugares para o aperfeiçoamento tecnológico das empresas aí instaladas. As condicionantes de mudança produtiva estariam condicionadas antes, a processos mais complexos, “muito mais relacionados com o ambiente de sinergia patrocinado pela existência de um mercado profissional muito ativo, do que um resultado direto da irradiação das atividades de pesquisa para a matriz produtiva.”(NEDRI e PACHECO, 1994: 73). A configuração proposta pelos autores é a seguinte:

**Quadro 2 - Configuração territorial por NEGRI e PACHECO (1994)**

Região	Características funcionais
Baixada Santista	Indústria siderúrgica e petroquímica
Alto Vale do Paraíba	Aeronáutica, refino de petróleo e automobilística
Região de Campinas	40% do VTI do interior - material de transporte, alimentos, química, mecânica e têxtil.
Entorno de Sorocaba	Metalurgia, minerais não metálicos, mecânica e têxtil
Região de Ribeirão Preto	Processamento de produtos agrícolas
Oeste (Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru)	Produção de bens de consumo leve de processamento da agropecuária

Fonte: NEGRI e PACHECO (1994: 70)

Já GONÇALVES (1994: 45) explicita esse novo recorte da configuração regional urbano-industrial, identificando quatro agregados regionais baseados na estrutura das Regiões Administrativas. A delimitação insere-se nos processos históricos e no desenvolvimento

**Quadro 3 - Configuração territorial por GONÇALVES (1994) sócio-econômico destas regiões:**

Região	Características funcionais
Região Metropolitana de São Paulo	Conurbação entre os municípios, alta densidade populacional e alta concentração de setores secundários e terciários.
Regiões de Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e S. José dos Campos	Fortemente industrializada, densamente urbanizada e articulada entre si pelo sistema viário constituído
Regiões de Bauru, Marília, S. José do Rio Preto, Araçatuba e Pres. Prudente	Urbanização menos densa, com atividades voltadas à agricultura e pecuária e atividades agroindustriais em desenvolvimento.
Região do Vale do Ribeira e litoral sul	Sem expressividade econômica

Fonte: GONÇALVES (1994: 45)

Diferentemente, SILVA NETO aproxima um padrão espacial ao sistema apresentado por GONÇALVES, por ele denominado de matriz regional recente. Este sistema concêntrico, seria formado por sub-sistemas definidos a partir da combinação de fatores como a evolução histórica das regiões, indicadores sócio-econômicos, assim como a ocorrência de pistas duplas com velocidade máxima permitida de 120 km/h. A constituição desses sub-sistemas foi baseada na divisão das Regiões de Governo:

**Quadro 4 - Configuração territorial em SILVA NETO (1998)**

Sub-sistemas	Regiões	Características funcionais
Sub-sistema metropolitano central	Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos e Regiões de Governo de Jundiaí, Sorocaba e São José dos Campos.	Forte integração viária. 15
Sub-sistema metropolitano expandido	Unidades regionais de Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, S. João da Boa Vista, Bauru, José do Rio Preto, Limeira	Expansão do sistema viário moderno e corresponde, junto ao sub-sistema metropolitano central, às áreas de ocupação mais recentes

Qualquer que seja o recorte, observa-se nestas configurações a ênfase no sistema funcional das unidades constituídas, ou a partir da interligação viária (SILVA NETO) ou a partir das redes de serviços (GONÇALVES), ou a partir dos pólos tecnológicos (NEGRI e PACHECO). Também é unânime uma repartição entre áreas integradas a um processo produtivo articulado (expansão da Região Metropolitana de São Paulo) e áreas desintegradas deste processo (toda a região do extremo-oeste do Estado). O posicionamento das condicionantes históricas da formação dos municípios abordadas por SILVA NETO explica estas diferenciações.

Se GONÇALVES coloca ênfase nas taxas de crescimento populacional e sua participação no Estado, SILVA NETO o faz observando que houve, a partir da década de 1970, uma estagnação no crescimento da participação populacional total no Sub-Sistema Metropolitano Central, aumento tímido do Expandido e diminuição gradativa do Extensor e Periférico<sup>1</sup>, além da diminuição do pessoal ocupado na indústria e do valor adicionado no Central (embora ainda permaneça predominante a participação da produção nesta região). SILVA NETO ressalta ainda uma diminuição significativa do número de assalariados com carteira assinada na indústria entre 1986 e 1996 no Sub-Sistema Central e um aumento relativo deste número no Sub-Sistema Periférico. Esta situação coloca em cheque o papel de

---

<sup>1</sup> Tal análise foi realizada utilizando-se de dados da Fundação SEADE entre 1940 e 1996, apontando crescimento populacional acelerado do Sub-Sistema Central entre 1940 e 1970 e decréscimo acelerado do Extensor e Periférico no mesmo período.

concentração produtiva da Região Metropolitana de São Paulo como lembrou LENCIONI (1994).

Há um movimento caracterizado, de um lado, por um re-direcionamento do desenvolvimento urbano pelo interior paulista. O recorte explicitado por SILVA NETO demonstra isso, através da evolução da participação dos sub-sistemas no total do Estado nas últimas duas décadas em relação à taxa de crescimento populacional urbana e à participação do pessoal ocupado na indústria, assim como em relação ao número de telefones e do consumo de energia elétrica (embora em queda no Sub-Sistema Central, com elevação expressiva nos outros três Sub-Sistemas). De outro, definido por uma concentração clara do percentual de valor adicionado na indústria no Sub-Sistema Central, apesar de seu aumento nos outros três Sub-Sistemas nas últimas décadas. Além disso, os dados sobre os depósitos bancários e as operações de crédito revelam claramente esta concentração. Isto pode revelar que o processo de metropolização e uma hipotética “desconcentração”, não significa, a priori, distribuição de riqueza proporcional. Aliás, supõe-se que, o aumento de pessoal ocupado no setor terciário nos Sub-Sistemas Extensor e Periférico, ainda que menor do que no setor industrial, significa que a desconcentração da base produtiva industrial pode ser relativa. Necessário se faz, portanto, verificar o impacto destas transformações nos lugares por onde estas transformações estão passando.

Como lembra CASTELLS (1998: 124), a organização bipolar industrial, representada de um lado por uma força altamente qualificada com base científica e tecnológica e por outro, de uma massa de não –qualificados dedicados à montagem de rotina (muito embora a automação possibilite cada vez mais a eliminação de massas de trabalhadores), pode revelar a mais nova divisão espacial internacional do trabalho. Isso reforça a tese de que não se trata, no caso do interior de São Paulo, da emergência de um desenvolvimento a partir de suas bases produtivas, mas de um re-direcionamento da produção, para a sua otimização na escala do Estado.

Qualquer que seja, portanto, a representação do sistema regional recente, a partir da articulação das bases produtivas, sua dinâmica e das relações que se estabelecem entre os lugares, visualiza-se uma desvinculação crescente deste desenho com o espectro espacial traçado pelos mecanismos institucionais de organização regional que determinaram, como formas de integração (resolução de problemas comuns), as regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões. Por outro lado, essa configuração institucional serve para outros propósitos. Ao se constituir por relações mais complexas, essa matriz regional

demonstra outros graus de integração, que não são mais condicionados pela conurbação e contiguidade, bem assim, o sistema metropolitano não se coaduna a projeções espaciais estanques e parece se constituir por uma dinâmica de acelerações desiguais. Ao mesmo tempo, toda a rede física e material que é determinante para os fluxos está arranjada nesta base de organização. Melhor seria dizer que os mecanismos intitucionais desenham mais as formas de organização produtiva do que da organização social e da resolução dos problemas comuns a estas regiões, seja pela inexistência de um órgão institucional de caráter metropolitano para as Regiões Metropolitanas instituídas, seja pela vulnerabilidade das instituições criadas sob iniciativas espontâneas de algumas regiões para resolução de problemas comuns. Isto é empiricamente comprovado no caso da Região Metropolitana da Baixada Santista, cujos processos de modernização do porto e expansão de áreas retro-portuárias ameaçam o centro comercial e histórico da cidade.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se com isso, que o novo delineamento regional tornou-se mais complexo, tornando-se de difícil delimitação. A composição espacial, por transcender as unidades anteriormente constituídas com o planejamento territorial, potencializa os lugares, as cidades, que se conectam em uma rede hierarquizada. É esta dimensão do território que potencializa o poder do lugar, tanto nos posicionamentos teóricos, como nas estratégias políticas, que procurei abordar.

Ao explicar o fenômeno espacial, verifica-se uma tendência de re-articulação entre os diversos lugares: os chamados nós de centralidade, por onde passam os fluxos financeiros e produtivos. Com isso, além de se configurar uma hierarquia regional, com áreas de domínio dos processos produtivos (regiões metropolitanas), áreas de interface deste processo e áreas decadentes, observa-se uma desarticulação intra-regional, com a acentuação das disparidades e desigualdades sociais dentro das regiões anteriormente constituídas, como se mencionou no caso da Região Metropolitana de São Paulo.

Parece certo que o abandono das questões estruturais na produção teórica atual é confirmada pelas estratégias políticas que vem sendo adotadas e que podem ser consideradas hoje, o ressurgimento de um planejamento territorializado regional. A gestão regional, nestas estratégias, configura-se por ser flexível e auto-sustentável, segundo as prerrogativas do chamado “desenvolvimento endógeno”. Elas são caracterizadas por um processo crescente de descentralização administrativa, com a formação de Agências de Desenvolvimento,

Cooperativas e Consórcios Intermunicipais, pela formação de uma identidade cultural regional, pelo fortalecimento de “empresários regionais” e por estratégias de marketing público, para fortalecimento da identidade regional. Esta gestão está associada, portanto, ao fortalecimento do chamado poder local em algumas regiões, como no ABC paulista por exemplo - uma resposta clara aos descompassos evidentes do processo da globalização.

---

<sup>i</sup> Fonte: SEADE, 2004.

<sup>ii</sup> Utilizamos aqui o conceito de Castells, que afirma a existência de um novo modo de desenvolvimento que ele chama de informacionalismo, a partir do modo de produção capitalista no final do séc. XX.. Manuel Castells, *A sociedade em rede*, São Paulo, Paz e Terra, 1998, pág.33.

<sup>iii</sup> Para as articulações setorial / global, os Colegiados de Administração Estadual (CAE), para as articulações municipal / regional / estadual, os Colegiados de Administração Municipal (CAM). Na coordenação dos dois, os Escritórios Regionais de Governo. Manuel Lemes da Silva Neto, *Op. Cit.*, pág. 118.

<sup>iv</sup> A Constituição do Estado de São Paulo estabeleceu, em seu artigo 153 (do Capítulo II – Da organização regional, do Título IV), as definições de Região Metropolitana, Aglomeração Urbana e Microrregião.

<sup>v</sup> As relações inter-urbanas passam a ter um papel secundário. O papel da metrópole (no caso de São Paulo) e/ou outras cidades importantes nas novas conexões espaciais não é mais de promover a integração territorial das áreas polarizadas a partir da conurbação existente.

<sup>vi</sup> SCHIFFER (1998: 118) trata da inserção do Brasil no atual processo de globalização e afirma que na economia transnacional recente, houve a manutenção dos laços econômicos com o capital estrangeiro e conseqüentemente, a continuação do processo de acumulação interna nos moldes históricos.

<sup>vii</sup> Como por exemplo as organizações recentes em Comitês de Bacias, Câmaras Técnicas e Consórcios Regionais, que são iniciativas muitas vezes espontâneas de municípios que exercem uma “liderança” regional não formalizada, como é o caso do ABC paulista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZONI, Carlos Roberto, “Indústria e reversão da polarização no Brasil”. Tese de livre-docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da USP. São Paulo: FEAUSP, 1987.
- BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (org.). As regiões ganhadoras: distritos e redes, novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta editora, 1994.
- BENKO, Georges, “Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX” in SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, e SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1998.
- BRASIL, IPEA / PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil in [www.pnud.org.br/atlas/](http://www.pnud.org.br/atlas/)
- CAMPANÁRIO, Milton A. e KOWARICK, Lúcio. “São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica” in KOWARICK, Lúcio (org.), As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- DINIZ, Clelio Campolina, GUERRA, Leonardo Pontes, LEMOS, Mauro Borges e MORO, Sueli. “A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica in Estudos de economia. São Paulo, v. 33, n° 4, p. 665 a 700, out./dez. 2003.
- GONÇALVES, Maria Flora. “Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista” in Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e urbanos, ano XIV, n° 38, 1994.

- 
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada in Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e urbanos, ano XIV, nº 38, 1994.
- MEDEIROS, Bianca Freire Medeiros. “São Paulo, cidade global? testando algumas hipóteses sobre cidades mundiais na periferia” in Anais do 7º Encontro Nacional da Anpur. Pernambuco: MDU, UFPE, 1997.
- NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo. “Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista” in Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e urbanos, ano XIV, nº 38, 1994.
- PEREIRA, Paulo César Xavier e SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. “São Paulo, cidade global?” in Anais do 7º Encontro Nacional da Anpur. Pernambuco: MDU, UFPE, 1997
- PERROUX, François, FRIEDMAN, John e TINBERGEN, Jan. Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1975.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal / Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2005.
- SANTOS, Milton. “O retorno do território” in SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, e SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1998.
- SANTOS, Milton. Metarmofoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SCHIFFER, Sueli Ramos. “A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas” in SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, e SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1998.
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. “Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo.” Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, FAUUSP, 1998.
- SOJA, Edward W., O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos E.U.A.: virando Los Angeles pelo avesso in SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, e SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1998.
- STORPER, Michael. “Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento” in RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS Jr., Orlando Alves dos (org.). Globalização, fragmentação e reforma urbana. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- TOPALOV, Christian, Fazer a história da pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965 in Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e urbanos, ano VIII, nº 23, 1988.
- UNICAMP, NEPO, NESUR-IE. “Campinas metropolitana: diversidades sócio-espaciais”. São Paulo, Campinas, 2006.

Site consultado:

[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)